

Economia, 1989



1290001008



TCC/UNICAMP Sa59d

TEMA DA MONOGRAFIA:

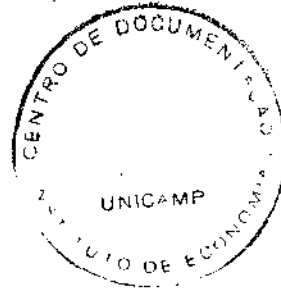
DISCUSSÃO ATUAL SOBRE UMA PROVÁVEL
LIBERALIZAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

Defesa: 1/2/89

NOTA: 8,0 (oitavo)

ORIENTADOR: José Pedro Macarini

Bibliografia: Mustafa Banco



Autor: Ruy Antonio Meirelles dos Santos Filho - RA: 850958

Orientador: José Pedro Macarini

INSTITUTO DE ECONOMIA - UNICAMP

JANEIRO/89

1. INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, a estrutura organizacional e distributiva do setor serviços sofreu uma mudança brutal. Atualmente, é visível as crescentes possibilidades de realização de comércio internacional neste setor. Este fenômeno, pode ser atribuído principalmente às recentes inovações tecnológicas que impulsionaram e tornaram mais eficientes o setor de telecomunicações e transportes. Estes fatores permitiram que serviços não comercializáveis internacionalmente tornassem a sê-lo e dinamizaram o comércio de serviços existente. Isto pôde ocorrer, devido à redução dos custos de transporte que facilitou a mobilidade de fornecedores e consumidores de serviços; como também pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, tais como redes de satélites e video transmissões que eliminaram a necessidade da proximidade entre consumidor e fornecedor de serviços. Por outro lado, o desenvolvimento da informática atrelado ao das telecomunicações, deu origem à telemática, responsável pela transmissão transfronteiriça de dados. É importante ressaltar que as grandes multinacionais são as principais beneficiárias desses serviços, para administrar suas produções, o comércio em escala global, bem como divulgar seus produtos através do "Marketing tecnológico".

Em termos quantitativos, o setor serviços representa atualmente mais da metade do valor agregado mundial e emprega em torno de 60% da força de trabalho mundial. Os países industrializados têm posição dominante no comércio internacional de serviços. A título de ilustração, em 1980 esses países importaram mais de 70% do total das importações mundiais de serviços e exportaram mais de 80% das exportações totais mundiais deste setor específico. A maioria destes países são superavitários e tecnologicamente avançados neste setor. No entanto, os Estados Unidos são a principal potência mundial neste setor. Deste modo, não é surpresa o fato de que nos últimos anos uma das principais iniciativas dos Estados Unidos em relação à política eco

nômica internacional tenha sido propor uma regulamentação multilateral sobre o comércio de serviços.

Desde o início de 70, as indústrias norte-americanas de serviços, argumentando que os demais países impunham numerosas restrições às suas exportações, pressionavam para que os serviços fossem incluídos como tema de debates nas várias negociações comerciais do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Na década de 80, o governo dos Estados Unidos intensificou seu interesse sobre o setor serviços, apresentando propostas na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 1981 e no GATT (1982) no sentido de estabelecer um conjunto de princípios e procedimentos para o tratamento do comércio de serviços.

Atualmente, o debate inter-países sobre o tema serviços vem caminhando com mais rapidez. Recentemente, em 20 de setembro de 1986, realizou-se em Punta del Este, Uruguai, uma reunião ministerial com a participação de 74 delegados do GATT. Essa reunião estabeleceu a agenda final para a Rodada do Uruguai, oitavo ciclo de negociações comerciais multilaterais desde a criação do GATT em 1947. A Rodada do Uruguai começou em Genebra, Suíça em 1987 e terá possivelmente a duração de até sete anos.

Os debates em Punta del Este giraram basicamente em torno da controvérsia opondo os países industrializados liderados pelos Estados Unidos ao "Grupo dos Dez" países em desenvolvimento, liderados por Brasil e Índia. O "Grupo dos Dez" é contra a inclusão do setor serviços na agenda do GATT, argumentando principalmente o fato de que um setor nascente (nos países em desenvolvimento) não resistiria ao massacre da concorrência dos países industrializados. Afinal, o principal objetivo dos países desenvolvidos, mais precisamente dos Estados Unidos é estabelecer compromissos entre os países membros do GATT para uma liberalização multilateral do setor serviços, uma vez que isto resultara em seu próprio benefício devido à enorme impor-

tância do setor terciário neste país. Além disso, o "Grupo dos Dez" exigiu que a questão dos serviços não fosse vinculada à sua reivindicação de menores controles para a importação de mercadorias nos países desenvolvidos. Desse modo, o "Grupo dos Dez" chegou a um compromisso separando as negociações sobre serviços das negociações do GATT, uma vez que a vinculação de serviços a bens poderia levar à imposição de restrições às suas importações como retaliação ao fechamento do mercado para o setor serviços.

Assim ficou definido que os bens serão negociados pelas partes contratantes do GATT, enquanto os serviços terão suas conversações conduzidas pelos mesmos ministros de comércio, em sua condição de representantes governamentais. Concluídas as negociações sobre serviços, será então determinada uma outra reunião de ministros para estabelecer se os resultados devem ser incorporados ao GATT.

2. DEFINIÇÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS E DIFERENÇAS ENTRE BENS E SERVIÇOS

O termo "Serviços" compreende atividades econômicas complexas e heterogêneas que muitas vezes não têm nada em comum umas com as outras. Essas atividades, na sua maioria, empregam mão-de-obra de modo intensivo e altamente qualificada, e que frequentemente operam em relação direta com o consumidor final. Geralmente, o produto final destas atividades econômicas não é um bem material (tangível). No entanto, a construção civil produz bens tangíveis e mesmo assim faz parte do setor serviços.

Embora possam produzir bens tangíveis, os serviços não são tangíveis e em muitos casos não podem ser armazenados, nem estocados. Os serviços devem ser postos em prática quando requeridos, portanto, o consumo de um serviço por uma unidade econômica deve ser simultâneo à produção deste serviço por outra unidade econômica. Neste sentido, eles se diferenciam dos bens na medida em que no comércio de bens a produção e o consumo podem ser feitos em momentos diferentes, com uma defasagem temporal. Esta característica dos serviços, não significa que os benefícios derivados dos serviços se resumam apenas ao período ao qual tenham sido realizados. A educação, por exemplo, é um serviço que claramente produz resultados ao longo do tempo.

Os serviços têm também, a característica de afetar tanto bens como pessoas. Num serviço de reparação de automóvel, por exemplo, ocorre uma transformação física do automóvel, no entanto, as suas características fundamentais não são alteradas. Do mesmo modo, os serviços podem introduzir mudanças nas condições físicas e psíquicas dos consumidores. São exemplos disto; os serviços de transporte, assistência médica, educação e comunicações. Outra característica dos serviços é que nos setores de telecomunicações e computação, estes são provisionados juntamente com os bens na mesma transação e geralmente adicionam um valor muito alto em relação ao produto bruto.

Há serviços comercializáveis internacionalmente e os não-comercializáveis. Dentre estes, podemos citar alguns serviços governamentais como administração pública e defesa nacional, fornecimento de energia e água e mesmo alguns serviços relacionados com saúde e educação. O comércio internacional de serviços, pode ser definido como transações inter-países em serviços entre os residentes de um país e os residentes de outro, não importando onde a transação ocorre.

O comércio internacional de serviços pode ocorrer de diversas formas, no que diz respeito ao deslocamento dos produtores ou receptores. Ele pode ocorrer sem o deslocamento dos fatores de produção, nem dos receptores de serviços (sem que exista uma proximidade física entre quem fornece o serviço e quem o recebe). Como exemplo desta forma de comércio de serviços, podemos citar o serviço de dados transfronteiriços, os serviços de consultoria, os seguros, os serviços bancários, a publicidade e mesmo projetos de arquitetura e engenharia enviados por via postal. O comércio de serviços pode ocorrer também como resultado de um deslocamento internacional de um ou mais fatores de produção, como por exemplo; através do deslocamento de trabalhadores temporários e através da transação com Bens de Capital pelo sistema de leasing. O movimento do capital financeiro dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e mesmo as cadeias internacionais de hotéis, restaurantes e lojas de departamento também incluem-se nesta categoria. Existem também, transações realizadas com o deslocamento internacional do consumidor de serviços. Neste caso, podemos citar como exemplo, as pessoas que viajam para participar de conferências acadêmicas ou tratamento médico, serviços prestados a navios e aviões em portos e aeroportos, respectivamente, e, principalmente, os turistas, que afetam significativamente as contas externas tanto do país receptor quanto do país de origem. Esses gastos feitos pelos turistas são registrados na Balança de Pagamentos dos dois países. Uma quarta forma de comércio internacional de serviços engloba os casos em que tanto os fornecedores como os receptores de serviços

se deslocam internacionalmente. O transporte internacional, por exemplo, é fornecido e recebido geralmente fora das localidades geográficas dos países importadores e exportadores deste serviço.

A mais importante e lucrativa forma de comercializar serviços, no entanto, são as operações de Investimento Direto Estrangeiro em atividades de serviços. A importância crescente das corporações multinacionais têm contribuído para acelerar a velocidade de internacionalização deste setor. Esses investimentos podem se dar com ou sem participação estrangeira na compra de ações. É considerado Investimento Estrangeiro, por exemplo, os acordos entre firmas de países diferentes que operam no mesmo setor de serviços, objetivando intercâmbio de informações, representação, uso de marcas, etc.

Atualmente, existem multinacionais que se dedicam a um só tipo de serviço e outras que diversificam suas atividades neste setor. O exemplo mais elustrativo de empresas que atuam em apenas um tipo de serviço é a McDonald's que comercia apenas com alimentos. A tendência atual, no entanto, é a conglomeração e diversificação destas empresas, pois este fenômeno permite um poderio crescente no campo financeiro e de mercado e uma maior capacidade de sobrevivência, levando em consideração as constantes crises econômicas mundiais. No setor serviços, essas complementaridades se dão entre bancos, seguros e outras atividades financeiras, ou mesmo entre publicidade, relações públicas e os meios de difusão de massa e de telecomunicações, por exemplo. Os conglomerados de serviços, diferentemente das empresas dedicadas a um só tipo de serviço, têm um futuro promissor.

Outro importante fator que contribui para o crescimento das empresas multinacionais de serviços, é a estreita ligação que elas têm com as revoluções tecnológicas nos computadores, nos equipamentos eletrônicos de precisão e nos sistemas de telecomunicação. Por outro lado, a introdução destas novas tecnologias gera uma diminuição no número de empregos oferecidos tanto em serviços quanto na indústria de bens.

Trataremos agora, de explicar a relação existente entre serviços e Balança de Pagamentos. A Balança de Pagamentos de um país, demonstra a relação entre os pagamentos de todos os tipos feitos por um país aos demais países e os pagamentos recebidos por esse país de todo o mundo. Dependendo de sua natureza, as transações econômicas constantes do Balanço de Pagamentos podem ser divididas em transações correntes e operações de capital. O balanço das transações correntes divide-se em balança comercial e balança de serviços. Na balança comercial, registram-se as importações e exportações de mercadorias. Na balança de serviços, incluem-se os pagamentos e recebimentos referentes a serviços internacionais como transportes, seguros, turismo e os pagamentos e recebimentos de juros e empréstimos, lucros de capitais e royalties. O balanço de capitais, registra os capitais de firmas estrangeiras que ingressaram no país durante o ano, os capitais aplicados no exterior pelas firmas sediadas no país e vice-versa, os empréstimos de instituições financeiras e as amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores: O termo serviços é geralmente aplicado apenas à operações relacionadas com a conta corrente. No entanto, os investimentos externos realizados no setor serviços são registrados na conta de capital, assim como os investimentos em outros setores de atividade.

3. POSIÇÃO E COMPORTAMENTO NORTE-AMERICANO

Os motivos básicos para que os Estados Unidos busquem com tanta intensidade a liberalização no comércio internacional de serviços encontram-se na própria economia americana. Devido às já citadas inovações tecnológicas, às economias de escala e à experiência acumulada de aprender fazendo (learning by doing), os Estados Unidos têm uma enorme força competitiva neste setor. O interesse americano está fortemente relacionado com certas multinacionais do setor serviços (bancos, seguradoras, firmas de informática e telecomunicações, navegação, construtoras, etc.), que têm como fronteira final de expansão a implantação de filiais em novos mercados. Esses poderosos lobbies lutam para que suas empresas tenham livre acesso à mercados estrangeiros, o direito de estabelecimento e tratamento nacional, a interação a nível mundial do capital industrial com o capital financeiro e a eliminação de restrições à transmissão transfronteiriça de dados, para que suas atividades econômicas sejam dinamizadas. O fato dos ganhos de Investimentos estrangeiros nestes setores serem de enorme importância para a Balança de Pagamentos norte-americana justifica a influência provocada por esses lobbies nas decisões de política externa americana.

A retórica americana esta embasada na idéia de se buscar o livre comércio no setor serviços visando beneficiar todos os países participantes. Acreditam os dirigentes americanos, que pelo fato deles terem vantagem comparativa no setor serviços e os países em desenvolvimento em alguns setores produtores de bens, o comércio mundial deveria ser livre de barreiras, gerando assim ganhos a nível global. Este discurso seria aceitável, se esta proposta condizesse com o comportamento norte-americano. No entanto, os Estados Unidos usam e abusam de retaliações e discriminações comerciais como poder de barganha para alcançar seus objetivos dentro do comércio internacional.

Para reforçar esta sua postura desleal, os Estados Unidos introziram certas emendas na sua lei comercial, através da Lei de Comércio e Tarifas de 1984. No que tange ao setor serviços, esta lei amplia a capacidade do presidente americano para identificar e eliminar as barreiras e restrições às exportações e aos investimentos diretos americanos, como também para propiciar a expansão do comércio de serviços e liberalizar inteiramente o fluxo de dados transfronteiriços, mediante acordos bilaterais e multilaterais. Esta lei também engloba "represálias presidenciais". Ela permite aos Estados Unidos a imposição de restrições discriminatórias contra as importações de bens de um país que negue o "direito de estabelecimento" (presença de empresas americanas no seu mercado) e o "tratamento nacional" (possibilide de competir sem estar sujeito" a regulamentos que ponham as empresas americanas em desvantagem frente às empresas nacionais). Por outro lado, na medida em que os Estados Unidos encontrassem maiores facilidades de acesso aos mercados mundiais de serviços, eles estariam dispostos a manterem abertos seus mercados as importações dos países em desenvolvimento.

Vale ressaltar aqui, que a vontade dos Estados Unidos é levar a cabo as negociações sobre serviços no GATT e não em outro orgão, pois o GATT permite a realização de contratos multilaterais que regulamentem certas práticas comerciais e ao mesmo tempo legitimem as práticas de represálias comerciais, no caso destes compromissos não serem cumpridos. Dessa forma, os países em desenvolvimento que tem uma capacidade limitada tanto em relação à internacionalização de suas empresas como em relação à ameaça de aplicação de medidas de represálias comerciais, seriam colocados em situação de desvantagem.

A falta de um acordo multilateral até então, tem levado os Estados Unidos a estudar certas medidas alternativas que facilitem a médio prazo um entendimento global sobre esta matéria. Dentre estas, há a possibilidade dos Estados Unidos adotarem medidas unilaterais

contra os países que aplicam restrições contra o comércio de serviços americano e mesmo estabelecerem acordos bilaterais. No entanto, os acordos bilaterais estão baseados em oportunidades recíprocas e desse modo se limitariam a países com uma capacidade relativamente igual ao setor americano de serviços. Isto excluiria os países em desenvolvimento, que são fundamentais para a proposta americana de liberalização dos serviços.

4. DIMENSIONAMENTO E IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

a) A nível Mundial

Apresentamos abaixo tabelas que apresentam dados estatísticos sobre a importância do comércio internacional de serviços e a distribuição deste comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Podemos perceber também, a importância relativa do comércio de serviços em relação ao comércio de bens para cada grupo de países.

TABELA 1

Esta tabela, revela que as exportações de serviços cresceram de um patamar de US\$ 100 bilhões em 1970 para mais de US\$ 600 bilhões em 1980. Esse crescimento, em termos reais acompanhou a expansão do comércio de bens. O valor das exportações de serviços neste período era um terço do valor das exportações de bens na economia mundial. Esta tabela mostra também a esmagadora presença dos países industrializados no comércio internacional de serviços, revelando que suas participações são mais fortes nas exportações mundiais em relação às suas importações. Sobre os países em desenvolvimento, a tabela 1 demonstra duas assimetrias importantes:

- i. A participação dos países em desenvolvimento nas exportações de serviços é significativamente menor que sua participação na importação mundial de serviços.
- ii. A exportação de serviços dos países em desenvolvimento em relação às suas exportações de mercadorias é muito menor que esta proporção média a nível mundial, enquanto a importação de serviços pelos países em desenvolvimento em relação às suas importações de mercadorias é bem maior que esta relação média na economia mundial. Esta tabela sugere que atualmente existe uma participação desigual no comércio internacional de serviços com países em diferentes etapas de desenvolvimento neste setor.

TABELA 1

PAÍSES	EXPORTAÇÕES/IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS EM BILHÕES DE DÓLARES EM PREÇOS CORRENTES			PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO MUNDO			PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS EM RELAÇÃO AO MUNDO		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
	A. EXPORTAÇÕES								
Desenvolvidos	88.3	211.5	507.1	88.4	85.3	83.1	39.6	37.2	40.4
Em Desenvolvimento:	11.6	36.6	103.3	11.6	14.7	16.9	23.6	20.4	20.5
Exportadores de petróleo	1.9	11.1	32.7	1.9	4.5	5.4	10.6	10.9	11.1
Outros	9.7	25.5	70.6	9.7	10.2	11.5	30.8	32.7	33.6
Total Mundial:	99.9	248.1	610.4	100.0	100.0	100.0	36.7	33.2	34.7
	B. IMPORTAÇÕES								
Desenvolvidos	84.4	199.5	478.5	78.7	75.5	71.6	38.9	35.0	35.9
Em Desenvolvimento:	22.9	64.8	189.8	21.3	24.5	28.4	51.7	41.1	48.5
Exportadores de petróleo	7.8	27.0	85.0	7.2	10.2	12.7	80.7	50.7	61.9
Outros	15.1	37.8	104.8	14.1	14.3	15.7	43.7	36.2	41.3
Total Mundial:	107.3	264.3	668.3	100.0	100.0	100.0	41.1	36.7	38.8

FONTE: UNCTAD 1985A.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS EM
US\$ BILHÕES EM PREÇOS CORRENTES

PAÍS	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
E.U.A	23,2 (23,2)	48,8 (19,7)	120,7 (19,8)	20,0 (18,6)	34,6 (13,1)	84,1 (12,6)
REINO UNIDO	11,8 (11,8)	23,7 (9,6)	55,3 (9,1)	9,3 (8,7)	18,6 (7,0)	45,8 (6,9)
FRANÇA	6,7 (6,7)	19,2 (7,7)	53,5 (8,8)	6,0 (5,6)	17,5 (6,6)	44,8 (6,7)
ALEMANHA OCID.	8,7 (8,7)	23,1 (9,3)	51,6 (8,5)	10,9 (10,2)	28,3 (10,7)	63,0 (9,4)
JAPÃO	4,0 (4,0)	13,6 (5,5)	31,5 (5,2)	5,8 (5,4)	18,8 (7,1)	42,8 (6,4)
BELGICA	3,3 (3,3)	10,8 (4,4)	33,9 (5,6)	2,9 (2,7)	9,1 (3,4)	32,4 (4,8)
HOLANDA	4,4 (4,4)	12,8 (5,2)	28,2 (4,6)	3,9 (3,6)	11,1 (4,2)	28,5 (4,3)
ITÁLIA	5,8 (5,8)	11,0 (4,4)	28,1 (4,6)	4,8 (4,5)	10,7 (4,0)	22,8 (3,4)
TOTAL ACIMA	67,9 (67,9)	163,0 (65,8)	402,8 (66,2)	63,6 (59,3)	148,7 (56,1)	364,2 (54,5)
TOTAL MUNDIAL	99,9 (100,0)	248,1 (100,0)	610,4 (100,0)	107,3 (100,0)	264,3 (100,0)	668,4 (100,0)

FONTE: UNCTAD 1985A.

TABELA 2

A tabela 2, revela que o comércio internacional de serviços esta concentrado em poucos países industrializados como podemos ver, os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a Alemanha Ocidental, o Japão, a Belgica e a Holanda, como um todo, respondem por dois terços do total das exportações de serviços e mais da metade do total das importações de serviços durante a década de 70, na economia mundial. É importante notar que o grau de concentração por países nas exportações de serviços é bem maior que aquele das exportações de bens. Estes mesmos países supra mencionados, respondem por aproximadamente metade das exportações mundiais de bens. No entanto, são os Estados Unidos e o Reino Unido que lideram o comércio mundial deste setor, participando com 30% das exportações de serviços. Esta participação destes países na exportação de serviços corresponde a mais da metade das exportações de bens destes países, na década de 70. Estes dados apresentados, justificam o interesse destes países na expansão de suas transações neste setor.

b) Estados Unidos

Os Estados Unidos vêm obtendo vantagem comparativa significativa no setor produtor de serviços, desde 1972, quando este país sofreu seu primeiro déficit comercial no pós-guerra. A partir daí o setor serviços contribuiu positivamente na conta corrente americana. Até 1982, o superávit americano nas transações com serviços era grande o suficiente para reverter o déficit existente no comércio de bens, tornando assim sua conta corrente superavitária. Para que este performance se mantenha, os americanos sustentam que precisam expandir suas exportações neste setor, e principalmente os investimentos estrangeiros através de filiais de grandes corporações americanas de serviços. A tabela 3 a seguir, mostra o comportamento da conta corrente americana nos últimos anos.

TABELA 3 - CONTA CORRENTE DOS E.U.A, 1977-85 (BILHÕES DE DÓLARES)

	1977	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Comércio de Mercadorias							
Exportações	120,8	224,3	237,1	211,2	201,7	219,9	214,0
Importações	151,9	249,7	265,1	247,6	268,9	334,0	338,3
Balanço	31,1	-25,5	-28,0	-36,4	-67,2	-114,1	-124,3
Business Services							
Exportações	23,4	37,0	41,7	41,7	41,8	43,8	45,1
Importações	20,9	29,4	32,1	32,6	35,3	41,5	44,9
Balanço	2,5	7,6	9,6	9,1	6,4	2,3	0,2
Ganhos de Investimento Estrangeiro							
Exportações (receitas)	32,2	72,5	86,4	84,8	78,0	87,6	90,5
Importações (pagamentos)	14,2	42,1	52,3	55,3	52,6	68,5	65,8
Balanço	18,0	30,4	34,1	29,5	25,4	19,1	24,7
Outros Bens e Serviços							
Exportações	7,9	8,7	10,5	12,4	13,0	10,7	10,2
Importações	7,2	12,2	13,1	14,5	14,7	14,0	13,6
Balanço	0,7	-3,6	-2,5	-2,0	-1,7	-3,3	-3,4
Total de Bens e Serviços							
Exportações	184,3	342,5	375,8	350,1	334,5	362,0	359,7
Importações	194,2	333,5	362,6	350,0	371,5	458,0	462,6
Balanço	-9,9	8,9	13,2	0,1	-37,0	-95,9	-102,9
Transferências Unilaterais Líquidas	-4,6	-7,1	-6,8	-8,1	-8,9	-11,4	-14,8
Balanço de Conta Corrente	-14,5	1,9	6,3	-8,1	-46,0	-107,4	-117,7

FONTE: U.S. Department of Commerce 1986, table 40.

Tomando por base o ano de 1985, podemos ver na tabela anterior que os "Business Services" (transportes, viagens, direitos autorais, passagens, etc.) apesar de superavitários não têm importância significativa para os Estados Unidos. É apenas na análise comparativa dos recebimentos e remessas de lucros de Investimento Estrangeiro que podemos observar um superávit significativo para a economia americana, muito embora a tabela anterior compreenda tanto recebimento de lucros e royalties tanto de filiais de empresas manufatureiras quanto de empresas prestadoras de serviços. Portanto, o interesse americano para liberar as transações no setor serviços pode ser motivado pela intenção de certos setores americanos desejarem implantar filiais no exterior. Este fato, geraria indiretamente benefícios à economia americana, tanto na distribuição de renda como no aumento do emprego doméstico.

No que diz respeito a geração de empregos neste setor, noventa por cento dos 20 milhões de novos empregos criados nos Estados Unidos durante a década de 70, foram em serviços. Apresentamos a seguir, tabelas quantitativas que mostram o crescimento na geração e distribuição de empregos neste setor nos últimos anos.

A tabela 4, mostra claramente que o emprego nos E.U.A. está fortemente concentrado nas indústrias classificadas como produtoras de serviços: transportes, utilidades públicas, comércio de atacado e varejo, finanças, seguros, setor imobiliário, serviços diversos, saúde e governo. A classificação de empregos desta tabela é feita com base nas produções industriais destinadas a consumidores finais (saúde, educação) e destinada a consumo intermediário ("Business Services"), ou ambos (restaurantes).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS NAS FOLHAS DE PAGAMENTO DOS SETORES NÃO AGRÍCOLAS DOS ESTADOS UNIDOS - 1984-1986 (em milhares)

INDÚSTRIA	1984	1985	1986
TOTAL	94,496	97,614	99,918
<u>SETOR PRIVADO</u>	78,472	81,199	83,198
<u>PRODUÇÃO DE BENS</u>	24,727	24,930	24,965
MINERAÇÃO	966	930	790
CONSTRUÇÃO	4,383	4,687	4,974
MANUFATURA	19,378	19,314	19,201
<u>PRODUÇÃO DE SERVIÇOS</u>	69,769	72,684	74,953
<u>TRANSPORTE E UTILIDADES PÚBLICAS</u>	5,159	5,242	5,265
TRANSPORTE	2,917	3,006	3,037
COMUNICAÇÕES E UTILIDADES PÚBLICAS	2,242	2,236	2,228
<u>VENDA POR ATACADO</u>	5,555	5,740	5,872
<u>VENDA A VAREJO</u>	16,545	17,360	17,464
ARMAZÉM GERAL DE MERCADORIAS	2,267	2,320	2,344
ARMAZÉM DE ALIMENTOS	2,637	2,779	2,917
COMERCIANTE DE AUTOMÓVEIS E POSTOS DE ABASTECIMENTO	1,799	1,892	1,944
RESTAURANTES	5,388	5,715	5,889
<u>SEGUROS, FINANÇAS E SETOR IMOBILIÁRIO</u>	5,689	5,953	6,261
FINANÇAS	2,854	2,979	3,137
SEGUROS	1,757	1,830	1,918
SETOR IMOBILIÁRIO	1,078	1,144	1,206
<u>SERVIÇOS</u>	20,797	21,974	22,924
SERVIÇOS DE NEGÓCIOS	4,057	4,452	4,755
SERVIÇOS DE SAÚDE	6,122	6,310	6,543
<u>GOVERNO</u>	16,024	16,415	16,720
FEDERAL	2,807	2,875	2,889
ESTADUAL	3,734	3,848	3,936
MUNICIPAL	9,482	9,692	9,885

FONTE: Monthly Labor Review, Outubro/86, Tabela 13.

NOTA : Estatísticas de 1984/85, referem-se à média anual, estatísticas de 1986, referem-se à Maio.

TABELA 5 : Emprego nos E.U.A. dividido por Setor, 1850-1982

(porcentagem do total)

ANO	AGRICULTURA	SETOR PRODUTOR BENS	SETOR SERVIÇOS
1850	64,5	17,7	17,8
1860	59,9	20,1	20,0
1870	50,8	25,0	24,2
1890	43,1	28,3	28,6
1900	38,0	30,5	31,4
1910	32,1	32,1	35,9
1920	27,6	34,6	37,7
1930	21,8	31,7	46,8
1940	18,3	33,1	48,6
1952	11,3	35,5	53,3
1957	9,8	34,3	56,0
1962	7,8	33,1	59,1
1967	5,3	34,7	60,1
1972	4,4	31,4	64,2
1977	3,7	29,7	66,6
1979	3,6	30,2	66,3
1982	3,6	27,2	69,2

FONTE: Urguhart 1984, tabela 1

A tabela 5, mostra que o crescimento do emprego do setor serviços é uma tendência constante desde 1850, o primeiro ano no qual foi possível obter dados estatísticos. Este crescimento foi devido, de um certo modo, ao forte declínio da geração de empregos no setor agrícola. Este setor respondia por 2/3 do emprego total dos E.U.A. em 1850, mas menos que 4% no início dos anos 80. Em contraste, o patamar de emprego no setor produtor de bens cresceu firmemente até a metade do século e moveu ciclicamente ao redor da marca de 1/3 do emprego total nos anos subsequentes. Vale ressaltar, que embora o setor produtor de bens dos E.U.A. venha caindo em relação aos demais setores, em termos absolutos (nº de trabalhadores), este vem crescendo.

Outra forma de medir a importância do setor serviços nos E.U.A, é a sua participação na demanda final medida pelos gastos em consumo. Os gastos com serviços representavam em 1986, 50% do total do Consumo Privado, mais que os 40% em 1929 e 33% em 1950.

Segundo dados de 1980, os Estados Unidos são não apenas os maiores exportadores de serviços do mundo, mas também o país que obtem o maior volume de rendimentos de suas filiais situadas no exterior (Investimento Externo). Uma estimativa sugere que os rendimentos provenientes das operações das filiais americanas excedem aqueles gerados por exportações americanas num montante de 50% (U.S. Congress, Office of technology Assessment, 1986). Como os lucros das filiais são usualmente maiores que aqueles do mercado interno, isto significa que, em termos de lucro para as firmas americanas competindo internacionalmente, as vendas das filiais representam provavelmente mais da metade dos lucros gerados por operações estrangeiras.

5. POSIÇÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO EM RELAÇÃO AO DEBATE

Os países em desenvolvimento, por sua vez, receiam uma liberalização do setor terciário na medida em que existe a possibilidade dos princípios e regras que controlam o comércio internacional de mercadorias estabelecidos no GATT, passarem a regular também o setor serviços e as normas de Investimento Direto Estrangeiro. Os países em desenvolvimento receiam também que tendências monopolísticas atinjam mais o setor serviços que o setor de bens devido à maior força e tamanho dos concorrentes estrangeiros. Outra objeção destes países em relação à liberalização do comércio de serviços no GATT refere-se ao princípio de tratamento nacional. O tratamento nacional aos investidores estrangeiros fará com que seja impossível para os países em desenvolvimento a imposição de condições que objetivem a maximização de benefícios que estes países pretendem ganhar com estes investimentos estrangeiros. Isto significa que existe uma grande possibilidade de haver uma mesma liberdade tanto para a empresa multinacional quanto para a empresa nacional dentro de um determinado país em desenvolvimento. Desse modo, a política econômica dos países em desenvolvimento não privilegiariam as empresas nacionais em termos de benefícios fiscais e comerciais. Os países em desenvolvimento também temem que uma eventual liberalização internacional do comércio de serviços traga a possibilidade de retaliações intersetoriais na medida em que estes países têm maior sensibilidade em relação a essas retaliações. Como exemplo dessas retaliações, podemos citar a hipótese de que se o Brasil persistir em sua política de reserva de mercado no setor da informática, é possível que os E.U.A. diminuam consideravelmente suas importações do setor de calçados do Brasil.

Por outro lado, a promessa dos Estados Unidos de aumentar o acesso ao seu mercado para as exportações de bens dos países em desenvolvimento é pouco significativa, na medida em que os países desenvolvidos frequentemente ignoram as regras do GATT de não discriminar

minalização e redução de obstáculos ao livre intercâmbio de mercadorias. Os países latino-americanos, por exemplo, devido à sua frágil capacidade de negociação dentro do GATT e à seu escasso poder econômico, não conseguem solucionar problemas que mais os afetam, como o comércio de produtos agropecuário o setor têxtil e outros bens aos quais os países industrializados tem tomado medidas arbitrárias. Na realidade a discussão sobre a liberalização do comércio de serviços deve ser independente da proposta dos Estados Unidos de aumentarem ou restringirem o acesso ao seu mercado das exportações dos países em desenvolvimento. Esta atitude americana apenas desrespeita acordos assinados anteriormente no GATT.

Os Estados Unidos justificam essa atitude de aumentar ou restringir seu mercado, por considerar que o seu setor manufatureiro é deslocado pelas importações procedentes dos países em desenvolvimento que têm vantagem comparativa na produção de bens, enquanto os E.U.A. tem vantagem comparativa no setor serviços. Eles alegam que o impulso e a liberalização do setor serviços criará empregos para as pessoas que foram dispensadas do setor manufatureiro pelas importações provenientes dos países em desenvolvimento. Porém, esta justificativa não procede, na medida em que o setor americano que perdeu a sua vantagem comparativa não desaparece, mas é substituído por outro mais dinâmico e mantido por medidas protecionistas. Outra razão, já citada anteriormente, é que a maior parte de lucro proveniente do setor terciário americano provém de ganhos dos investimentos estrangeiros e não de exportações de serviços, não gerando assim fontes significativas de emprego nos E.U.A.

Na América Latina, mais especificamente, o setor serviços contribui com 60% do produto regional bruto e 46% da sua população economicamente ativa está ocupada no setor terciário. Além disso, os países latinos são deficitários no setor serviços e mais de 50% deste déficit é proveniente de atividades relacionadas com seguros e transportes. Estes dados demonstram a importância e a dependência ex-

terna da América Latina no que se refere ao setor serviços e reforçam ainda mais o objetivo norte-americano de penetrar no mercado latino-americano de serviços.

O Brasil, representado pelo embaixador Paulo Nogueira Batista em Punta del Este, acha que existe uma assimetria básica entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Estes, em suas legislações nacionais tem regulado de maneira bem definida todos os setores de serviços, tanto os tradicionais como os ligados às novas tecnologias avançadas, visando desenvolver uma indústria de serviços competitiva. Em contrapartida, devido a seu grau de desenvolvimento, os países em desenvolvimento tem regulamentos aplicados quase que exclusivamente aos serviços tradicionais.

Esta assimetria faz com que uns países assumam mais obrigações que outros e só poderia ser corrigida se os países desenvolvidos extinguirem alguns de seus regulamentos prejudiciais aos países em desenvolvimento.

O Brasil também alega que para poder tomar uma atitude favorável ou não a esta questão, deve ter um melhor conhecimento do papel dos serviços no seu desenvolvimento econômico e do possível impacto dessa liberalização em suas transações internacionais.

6. BARREIRAS E VANTAGEM COMPARATIVA NO SETOR SERVIÇOS

Os princípios atuais do GATT, podem ser modificados para um acordo sobre serviços apenas se as barreiras ao mercado livre, geralmente não tarifárias, forem abolidas. Estas barreiras incluem práticas de aquisição e monopólio governamental discriminatórias, políticas excludentes de importação, regulamentação governamental, requisitos de performance dos investimentos e tratamento discriminatório à empresas e equipamentos estrangeiros relacionados com serviços.

As firmas americanas responderam a uma pesquisa feita pela Comissão Internacional do Comércio (U.S.A.), visando identificar o grau no qual as barreiras não tarifárias foram encontradas no mercado externo a mais importante e frequente foi às restrições afetando o básico "direito de estabelecimento" no mercado externo (63% dos pesquisados), em seguida temos, específicas barreiras para a provisão de serviços por firmas estrangeiras (62%) e controles estrangeiros de mercado (não aplicação do princípio de tratamento nacional) que correspondeu a 54%. Outras barreiras em sequência: procura governamental (30%), tópicos técnicos (27%), subsídios e direitos compensatórios (21%), requerimentos de licença (18%), padrão e certificado (17%), proteção inadequada da propriedade intelectual (12%) e restrições de qualificação profissional (10%).

Como exemplo de barreira não tarifária, podemos citar a Lei de Informática do Brasil que impede que companhias estrangeiras operem em certos setores do mercado brasileiro de computadores. A medida que as empresas locais lançam seus novos computadores no mercado, a SEI, agência controladora do desenvolvimento da informática, levantou barreiras protetoras contra as importações. Em 1984, a mesma SEI fechou para as firmas americanas o mercado brasileiro de microcomputadores. As autoridades brasileiras acham que a concorrên

cia internacional deve ser gradual, quando o Brasil produz um leque maior de equipamentos para computadores.

A discussão atual quanto a esta política brasileira gira em torno do fato de que tirando de cena o produtor de custo mais baixo, a produção da indústria nascente pode ser auto destrutiva. Além disso, o contrabando de microcomputadores e componentes é frequente, prejudicando o próprio objetivo desta política. A proteção a indústrias nascentes deve fazer ao Brasil reserva de mercado por período limitado a fim de lhes fortalecer a competitividade. Mas tal proteção só é eficiente se as barreiras a importação forem facilmente quantificáveis e estabelecido um programa gradual para a sua eliminação.

A vantagem comparativa entre países baseia-se no fator relativo abundante, diferenças tecnológicas, e existência de economias de escala. Quando dois países tem a mesma preferência e tecnologia, cada um tenderá a exportar bens nos quais eles podem usar seu fator abundante e importar bens que incorporem grandes quantidades dos seus fatores escassos. Conseqüentemente, a vantagem comparativa dos E.U.A. deve ficar nas áreas de alta tecnologia, porque estas empregam grande quantidade de trabalhadores especializados, o fator mais abundante da nação. Também no setor serviços, a vantagem comparativa dos E.U.A. estará nos serviços de alta tecnologia e particularmente na produção e exportação de "Know-how".

Muito embora os países em desenvolvimento não tenham vantagem comparativa no setor de serviços, isto não significa que eles não sejam capazes de exportar serviços com êxito. Apesar de as exportações de serviços dos países em desenvolvimento representarem uma fração substancialmente menor do total de suas exportações, elas não são desprezíveis e refletem receitas não só em turismo, mas também em outros serviços privados (serviços profissionais, de projetos, construção e correlatos).

Na construção civil em anos recentes, a Coréia, o Líbano,

Venezuela, ilha de Taiwan e Brasil, estão conquistando o mercado de construção outrora dominado pelos E.U.A.

Por outro lado, é importante aos países em desenvolvimento notarem que grande parte dos serviços negociados são intermediários para suas próprias exportações. A proteção destes países ao setor bancário e de seguros, por exemplo, aumenta os preços domésticos desses serviços. Como eles são insumos de bens, isto pode elevar os preços dos produtos de exportação e provocar o seu enfraquecimento. Se a finalidade dos países em desenvolvimento é obter "Know-how" tecnológico próprio, seria mais aconselhável enviar cientistas e matemáticos ao exterior para adquiri-lo, ao invés de "aprender fazendo", o que eleva demais os custos destes serviços.

7. COMENTÁRIOS FINAIS

Como já foi visto anteriormente, o Comércio Internacional de Serviços, divide-se em duas principais formas; a exportação de serviços e o Investimento Direto Estrangeiro caracterizado pela implantação em outros países de filiais de multinacionais do setor serviços como grandes bancos, seguradoras, consultorias, etc. É nítido, segundo os dados estatísticos apresentados, a maior importância em termos de rendimentos e lucros, das filiais americanas de serviços, em relação às exportações de serviços realizadas por esse país.

Para discutirmos o impacto de uma eventual liberalização nesse setor, temos portanto que dividir nossa análise levando em consideração esta separação retro citada.

A possível liberalização neste setor através da livre permissão à implantação de filiais de multinacionais estrangeiras nos países em desenvolvimento geraria oposição por parte do governo e da iniciativa privada local. Afinal, o Investimento Estrangeiro implica em um fluxo de capitais entre a filial e a matriz, através da remessa de royalties e lucros. Esta transferência de recursos, mesmo sob restrições, tenderá a crescer na medida em que aumenta o número de filiais estabelecidos nos países em desenvolvimento. Este processo, é prejudicial à estabilidade da Balança de Pagamentos desses países, uma vez que os encargos de suas dívidas externas já representam um significativo e problemático escoamento de recursos. É importante observar que a discussão sobre a liberalização engloba principalmente empresas de serviços Capital-intensiva e não Trabalho-intensiva, e desse modo é nítida a vantagem comparativa dos E.U.A.

A implantação de multinacionais desse setor nos países em desenvolvimento, com sua tecnologia de ponta e suas grandes economias de escala geraria conflito com a empresa nacional nascente, na medida em que os preços são determinados e decididos pelos monopólios e não

através do mercado. Desse modo, a distribuição de ganhos será desigual, em favor do Capital Estrangeiro.

Outra consequência da vinda de grandes corporações desse setor para os países em desenvolvimento é o fato de que através de sua "LABOUR-SAVING TECHNOLOGY", com a crescente redução da mão-de-obra empregada, o nível de emprego dos países em desenvolvimento tenderá a cair e além do mais, o setor manufatureiro desses países em desenvolvimento não poderá absorvê-lo. Outra dificuldade para a liberalização no setor serviços e a consequente redução e eliminação de barreiras em serviços bancários, de telecomunicações, de transporte e informática, é o fato de que a proteção a estes setores constituírem em políticas e instrumentos de políticas governamentais que atendem a finalidades que nada têm a ver com o comércio internacional, como por exemplo, defender a segurança e soberania nacionais, garantir a segurança do consumidor, defender valores culturais e, sobretudo, garantir condições para o desenvolvimento do país.

Se enfocarmos nossa análise na segunda forma de comércio de serviços, através da exportação de bens quase tangíveis ou os chamados "Business Services", podemos chegar a uma conclusão diferente. Na verdade, o problema de Balanço de Pagamentos dos E.U.A. tem pouco a ver com suas "exportações de serviços" e esta mais relacionado com problemas internos como a taxa de jüros, a taxa de câmbio, seu enorme déficit público e seu déficit comercial com outras potências capitalistas como Japão e os países membros do Mercado Comum Europeu. O principal objetivo americano é, portanto, o estabelecimento de filiais de grandes corporações de serviços nos demais países, em primeiro plano. Depois de alcançado este objetivo, os Estados Unidos pretendem diminuir gradualmente as restrições ao fluxo de capitais entre matriz e filial.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILERA, Luiz Bravo - "México frente a las negociaciones internacionales sobre servicios" - (pgs. 26 a 29) - Revista Comércio Exterior - vol. 38 - Janeiro/88.
- BATISTA, Paulo Nogueira - El Comercio de servicios: la opinion de Brasil sobre el proceso de negociación - Revista SELA nº 16, Abril-Junho/87.
- BHAGWATI, Jagdish - Comércio de Serviços: Preocupação dos Países em Desenvolvimento - Economic Impact nº 62 - pgs 58 a 64.
- FAYNZYBER, Fernando - La Industrialización Trunca de América Latina, pgs 24 a 31.
- GONÇALVES, Reinaldo - Proteccionismo, liberalização e competitividade internacional de serviços - RBCE, FUNCEX, Nov-Dez/88.
- JAVIER PRIETO, Francisco - Los servicios: um vínculo inquietante entre América Latina y la economía mundial - Revista de la Cepal nº 30, pg. 126/145.
- MATEO E CARNER - El sector servicios en México: un diagnóstico preliminar (pgs. 3 a 15) Revista Comércio Exterior Volume 38 - Janeiro/88.
- MCCULLOCH, Rachel - International Competition in Service, pgs 367 a 406.
- NAYYAR, Deepak - The political economy of international trade in services - Cambridge Journal of Economics, 1988, 12 - pgs 279 a 297.

SCHYLTZ, Siegfried - Services and the GATT, Intereconomics sept/oct 1987 pgs 227/242.

VEALE, Spulgelman e Ronkainen - Comércio de Serviços: A posição dos Estados Unidos - Economic Impact nº 62 - pgs 53 a 57.

Revista Economic Impact nº 54 - Comércio Internacional e Novos rumos

- Dominick Salvatore: Origem do Novo Protecionismo (pgs 8/13).
- Huffbauer e Schott: A caminho de um "ciclo de crescimento" de conversações comerciais (pgs 14/21).
- Entrevista c/ Clayton Yeutter: Igual acesso aos mercados: Meta dos E.U.A. (pgs 22/26).
- Harald B. Malmgren: Negociação de Normas Internacionais para o Comércio de Serviços (27/31).
- Senador Richard G. Lugar: Equilíbrio entre Livre Comércio e Protecionismo (33/35).

Revista Integracion Latino Americana (nº 117) - La nueva rueda de Negociaciones em el GATT.

- Negociaciones Comerciales: desafios Y oportunidades (pgs 3/23)

Revista Integracion Latino Americana (nº 115) - El Comercio Internacional de servicios: um nuevo tema para el debate.

- Francisco Javier Prieto: La internacionalizacion de los servicios: opciones y riesgos para América Latina (pgs 24/32).
- Miguel Rodriguez Mendonza - Estados Unidos, América Latina Y el debate internacional sobre el comercio de servicios (pg. 14/23).